

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ilustríssimo Senhor, Presidente da Comissão Permanente, de licitação da Prefeitura Municipal da Nova Friburgo do Estado do Rio de Janeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2023
UASG Nº 985867

CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.418.649/0001-62, situada na Avenida Carlos Augusto Tinoco Garcia, 1910, Quadra 7, Lote 20, Bairro Sol y Mar – Macaé/RJ – CEP: 27940-290, com endereço eletrônico: constrularmacaelicitacao@gmail.com, telefone de contato: (22) 98124-7017, vem, respeitosamente e tempestivamente, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93 c/c artigo 4, inciso XVIII da lei nº 10.520/02, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, na decisão que habilitou a empresa vencedora, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articulada:

I – TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo na medida em que a intenção de sua interposição foi manifestada e recebida pelo pregoeiro, no dia 01/12/2023, dentro do prazo estabelecido. Conforme estabelece a lei nº. 10.520/02, artigo 4, inciso XVIII, no qual estabelece três dias para apresentação do recurso.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

No dia 01/12/2023 foi realizado o pregão eletrônico do edital nº 229/2023, às 10:00h, local portal comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), cuja a finalidade do certame seria a aquisição por registro de preço, por meio de pregão, a aquisição do objeto da presente licitação é cimento Portland CP II-F-32, sacos de 50kg.

Após realização da fase dos lances no portal, o pregoeiro conjuntamente com sua equipe analisou os documentos das empresas vencedoras. Culminou na habilitação da empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, contudo o atestado apresentado tem caráter duvidoso, que iremos destrinchar os motivos.

É princípio basilar das licitações, dos vários igualmente importante está o princípio da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Em breve síntese, o princípio da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO conceitua que as partes, ou seja, a administração e as empresas licitantes não podem se afastar da adequação aos termos do edital. Para melhor compreensão, palavras do doutrinador Hely Lopes Meirelles:

" A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. "

Ora, após terem sido estabelecidas as exigências do edital, o cumprimento das exigências é de suma importância, tal qual, a análise das empresas apreciadas como vencedora será feito mediante as normas já fixadas e conhecidas e o seu cumprimento. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a administração que o expediu.

Vamos começar, era requisito de habilitação no pregão eletrônico nº 229/2023, apresentação de atestado de capacidade técnica, conforme item 22.1, página 24, imagem do item: <https://prnt.sc/5adGYe5JhsLx>

A empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO apresentou atestado da Prefeitura Municipal de Carmo, notamos que o atestado não fala se foi compra direta, se foi licitação, não menciona nota fiscal, a descrição do objeto é genérica e ampla, e a maior estranheza foi que o atestado foi emitido no dia 16 de janeiro de 2023 e a empresa foi criada no dia 05 de dezembro de 2022 (página 09 do contrato social), com um intervalo de 30 dias úteis, próximo de datas comemorativas (natal e ano novo), Prefeitura em fase de organização de contas e recessos coletivos (algumas fabricantes realizam férias coletivas). Com tudo isso, como que uma empresa recém-criada já forneceu para o município? Como forneceu no prazo de 30 dias úteis?

Ocorre que com o tempo tão curto para fornecimento gera várias dúvidas sem resposta, algumas teorias para o caso é que tenha sido realizado compra direta e feito dispensa de licitação. Porém, até para dispensa de licitação, foi feito de maneira muito rápido. O tempo comum para uma dispensa na qual já participamos, demanda de 1 a 3 meses (durante o ano, sem ser fim de ano), gera um termo de referência explicando o motivo da dispensa, orçamentos/cotações, empenho, contrato, ordem de serviço, compra, entrega, liquidação e por fim, atestado. Para tanto, os prazos de validades dos orçamentos normalmente é de 60, 90 e até 180 dias. Agora, o caso foi que em dezembro no ano da criação da empresa, a empresa é convocada para fazer orçamento (do mais variados itens e

produtos), logrou vencedora do orçamento (dentre outras empresas que participaram e fizeram orçamento) e realizou a entrega dos 34 itens e derivações de produtos, tudo isso em 1 (um) só mês? No mês de dezembro a janeiro? Estranho!

Participamos de licitação e realizamos orçamento já tem um tempo, e no mês de dezembro as prefeituras tendem a organizar internamente algumas questões, como por exemplo: as contas para o novo ano que se inicia e quitar/zerar as notas de empenhos já emitidas, entre outras coisas. A Prefeitura normalmente no seu funcionamento (pode alterar de cidade para cidade), realiza o encerramento mais cedo do expediente próximo as datas comemorativas, a nota de empenho tem que ser assinada pelo responsável da secretaria, pela empresa vencedora e algumas vezes pelo fiscal, algumas Prefeituras e secretarias solicita agendamento ao realizar a entrega tem que ser agendada anteriormente com um prazo de 24h antes, tem que respeitar o horário de funcionamento ou do setor de entrega, algumas vezes funciona das 09h parando no horário de almoço e vai até as 15h ou 16h, poderá ter aceitação provisória e depois definitiva do produto, enfim inúmeras situações que manifestadamente demandam tempo, por isso a estranheza no curto tempo.

A descrição é bem genérica e ampla como já mencionado, muito parece que foi copiado do contrato social da empresa, não traz descrição do que realmente foi fornecido, e a quantidade entregue. No texto do atestado cita inúmeras descrições que até gera dualidade, cito por exemplo: na primeira linha de fornecimento materiais de construção e na terceira linha pisos e revestimentos, material elétrico em geral. Existe uma duplicidade genérica e ampla que não define o que foi feito.

Pesquisamos no site da Prefeitura os contratos e vínculos neste período, não achamos nenhum contrato em nome da empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO referente a este fornecimento, apenas posteriores. Buscamos por nota de empenho neste período e não encontramos, print da tela do computador quando realizamos a busca: <https://prnt.sc/UQJXn1mPF0ty>

Dou ênfase que o critério de menor preço adotado NÃO SUPERA a exigência de vinculação ao edital das propostas apresentadas, motivo pelo qual apenas as propostas de menor preço que tenham se adequado às exigências e especificações técnicas editalícias é que podem merecer apreciação no certame com vistas a concorrer à vitória no mesmo.

Deste modo, pleiteamos pelo pedido de diligência do documento apresentado para averiguar a veracidade.

A finalidade da licitação pública é proporcionar igualdade de condições aos interessados em contratar com a Administração e selecionar a melhor proposta para a coletividade. Assim, habilitar e declarar vencedora a empresa cuja documentação não confirma a veracidade e não atende as exigências do edital, é ato que viola os princípios da licitação pública, especialmente a vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, legalidade e julgamento objetivo das propostas (art. 3º da Lei nº 8.666/93 e art. 37 da CRFB).

Outrossim, é nítido e notório a insegurança do cumprimento no fornecimento e com edital e com os princípios basilares da licitação, devendo o resultado do certame ser alterado, conforme autoriza Súmula nº 473 STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Requer a recorrente pelo recebimento do presente recurso para que seja processado e julgado procedente;
- b) Requer a diligência no que couber da empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, e caso decida na desclassificação da empresa, convocar as empresas idôneas subseqüentes para os itens no certame.

Pede Deferimento

Rio de Janeiro/RJ, 04 de dezembro de 2023.

CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA
LEONARDO JOSÉ RIBEIRO GASPAR
REPRESENTANTE LEGAL
CPF: 140.979.277-36
RG: 28.967.556-3

Fechar